

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN)

CONCURSO PÚBLICO
APLICAÇÃO: 2021



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5** Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

Nível Superior

MANHÃ

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 61 3448-0100
www.cebraspe.org.br
sac@cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

No dia 31 de outubro de 1861, depois de um conturbado processo de construção, que durou cerca de três décadas, a Bahia inaugurou a sua primeira penitenciária, que recebeu oficialmente o nome de Casa de Prisão com Trabalho. A instituição foi construída numa área pantanosa, na periferia da cidade de Salvador.

A implantação da penitenciária fazia parte do projeto civilizador oitocentista, e o Brasil acompanhava uma tendência mundial de modernização do sistema prisional, que teve início na Inglaterra e nos Estados Unidos no final do século XVIII. As execuções e as torturas em praças públicas, utilizadas para atemorizar a quem estivesse planejando novos crimes, foram, gradativamente, abandonadas. Entrava em cena a penalidade moderna, que planejava privar o criminoso do seu bem maior — a sua liberdade —, internando-o numa instituição construída especificamente para recuperá-lo, que recebeu o nome de penitenciária. O seu funcionamento era regido por normas que seriam aplicadas de acordo com o modelo penitenciário escolhido pelas autoridades, mas utilizavam-se elementos como o trabalho, a religião, a disciplina, o uso de uniformes e, sobretudo, o isolamento como métodos de punição e recuperação.

Dessa forma, esperava-se criar um “novo homem”, que seria devolvido à sociedade com todos os atributos necessários à convivência social, principalmente para o trabalho. Foi com essa expectativa que os reformadores baianos implantaram a Casa de Prisão com Trabalho.

Cláudia Moraes Trindade. O nascimento de uma penitenciária: os primeiros presos da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia (1860-1865). In: **Tempo**, Niterói, v. 16, n. 30, p. 167-196, 2011 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens que se seguem.

- 1 A supressão das vírgulas que isolam a oração “que durou cerca de duas décadas”, no primeiro período do texto, manteria a correção gramatical do texto, mas alteraria seu sentido original.
- 2 Com o uso do artigo definido na contração “do” em “do projeto civilizador oitocentista” (no início do segundo parágrafo), pressupõe-se que a autora parte do princípio de que os leitores tenham conhecimento prévio acerca desse projeto.
- 3 Até as reformas iniciadas no período oitocentista, as penas tinham caráter preventivo, o que é criticado pela autora do texto.
- 4 A expressão “modelo penitenciário”, no último período do segundo parágrafo, refere-se ao tipo de desenho arquitetônico da Casa de Prisão com Trabalho.
- 5 Preservando-se os sentidos e a correção gramatical do texto, estaria correta a seguinte reescrita do último parágrafo do texto: Assim, os reformadores baianos esperavam criar, com a Casa de Prisão com Trabalho, “novos homens”, que seriam capazes de conviverem em sociedade devido a atributos necessários à convivência social, principalmente para o trabalho.

Texto CB1A1-I

O número inferior de mulheres criminosas e a desconsideração do feminino fizeram com que há muito a criminalidade feminina fosse incorporada aos estudos da criminalidade masculina, processo este que resultou em total desprezo pelas poucas pesquisas acerca das mulheres em situação de encarceramento. Essa realidade se deve principalmente ao fato de que a criminologia nasceu de um discurso proferido por homens, para homens e sobre mulheres. Assim, produziu-se invariavelmente o que a criminologia crítica feminista denominou como dupla violência contra a mulher, pois, desde o seu surgimento, agrediu as mulheres e o sistema de relações de que ela fazia parte.

O livro *Mulheres na Prisão: um estudo qualitativo*, escrito por três pesquisadoras, faz uma imersão corajosa nos submundos das prisões femininas e provoca nosso olhar para as mazelas da vida na prisão, em que o gênero é marcador central da realidade sombria a que estão submetidas as mulheres presas. No entanto, não se limita a estas experiências e transborda os muros do cárcere. Mais que um texto voltado a dar visibilidade às questões referentes ao aprisionamento feminino, as autoras constroem um estudo que apresenta experiências concretas e apontam saídas a partir de propostas de políticas públicas que garantam a atenção aos direitos humanos ou que apontem possibilidades reais de projetos de vida fora da prisão.

Naiara C. Silva. *Mulheres na prisão: uma imersão aos submundos do encarceramento feminino*. In: *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. (com adaptações).

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os seguintes itens.

- 6 É elemento que reforça a relevância do livro citado no texto o fato de ele ter sido escrito por três mulheres, contrapondo-se à situação tradicional da criminologia como “discurso proferido por homens, para homens e sobre mulheres”.
- 7 O termo “agrediu”, no último período do primeiro parágrafo, refere-se à criminologia tradicional, isto é, à criminologia nascida de um discurso proferido por homens, para homens e sobre mulheres, que seria a responsável pela dupla violência contra a mulher.
- 8 Estaria gramaticalmente correta a seguinte reescrita do primeiro período do texto: A absoluta indiferença pelas pesquisas, ainda poucas, sobre as mulheres em situação de encarceramento nasceu da inclusão da criminalidade feminina nos estudos da criminalidade masculina, o que, por sua vez, é consequência da menor taxa de mulheres no crime e da desconsideração do universo feminino.
- 9 Feitos os devidos ajustes de letras maiúsculas e minúsculas, o ponto-final empregado logo após “cárcere”, no penúltimo período do texto, poderia ser substituído pelo sinal de dois-pontos sem prejuízo da correção e dos sentidos do texto, visto que o último período do texto explica a declaração feita no período que imediatamente o antecede.
- 10 No último período do texto, os termos “apontem” e “apontam” foram empregados com o mesmo sentido de **estabeleçam**.

Considerando o texto CB1A1-I e a redação oficial, nos termos do **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue o item a seguir.

- 11 O primeiro parágrafo do texto poderia ser corretamente utilizado como introdução de ofício cujo conteúdo fosse a apresentação de bibliografia sobre o encarceramento feminino.

Julgue os itens a seguir, relacionados a ética, moral, princípios e valores.

- 12 Na filosofia moral de Kant, a satisfação dos desejos está necessariamente vinculada à liberdade de conduta do indivíduo.
- 13 A reflexão ética no utilitarismo pode ser considerada como comportamental ou empírica, por ecoar elementos relacionados ao bem-estar coletivo.
- 14 Os valores éticos de determinada sociedade são independentes da tradição.

Considerando o processo de apuração de falta funcional, julgue os itens a seguir.

- 15 As regras sobre a tramitação do processo administrativo disciplinar são uniformes para a União e para todos os estados.
- 16 O processo administrativo disciplinar sob o rito sumário é aplicável apenas para a apuração de acumulação ilegal de cargos, de abandono de cargo e de inassiduidade habitual.
- 17 A denúncia anônima é meio legítimo à viabilização da instauração de processo administrativo disciplinar.

À luz das disposições constitucionais relativas aos direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, Poder Executivo, segurança pública e ordem social, julgue os itens subsequentes.

- 18 Suponha que uma pessoa presa em flagrante solicite informações sobre a identidade dos responsáveis por sua prisão. Nessa situação, o fornecimento dessas informações poderá ser recusado, em razão do princípio da inviolabilidade da vida privada.
- 19 Considere que o sindicato XYZ pretenda ingressar judicialmente em defesa de determinado interesse individual da categoria profissional que representa. Nessa situação, o sindicato está autorizado a ingressar com a referida ação, uma vez que a ele cabe tanto a defesa dos interesses individuais quanto a dos interesses coletivos de sua categoria.
- 20 No caso de o Supremo Tribunal Federal receber queixa concernente à prática de crime doloso contra a vida cometido pelo presidente da República, o presidente ficará suspenso de suas funções.
- 21 No caso de, ocorrendo um fato em determinada rodovia federal, serem acionados o corpo de bombeiros militar, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, as funções de polícia judiciária serão exercidas pela Polícia Rodoviária Federal, dado o local de ocorrência do fato.
- 22 O meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito de todos, é considerado bem de uso comum do povo.
- 23 Considere que Orlando, 75 anos de idade, necessite de amparo em razão de seu debilitado estado de saúde. Nessa situação, o amparo a Orlando deverá ser feito preferencialmente em casa-lar credenciada pelo Sistema Único de Saúde.

A respeito da administração pública, dos servidores públicos da União e dos contratos e convênios celebrados pela União, julgue os itens a seguir.

- 24 É a natureza de que se reveste a entidade, e não a sua finalidade, que a classifica como integrante da administração indireta.
- 25 Considere que Guilherme, servidor estável em cargo por ele anteriormente ocupado, não tenha sido aprovado no estágio probatório do cargo público que ocupa atualmente. Nessa situação hipotética, Guilherme deverá ser reintegrado no cargo anteriormente ocupado.
- 26 Considere que, ao realizar o pregão eletrônico para contratação de serviço comum a determinado órgão público federal, diante do baixo valor da contratação, o gestor do órgão tenha dispensado a elaboração de termo de referência. Com base nessas informações, é correto afirmar que a decisão do gestor respeitou as normas aplicáveis a essa modalidade de licitação.
- 27 A caracterização de determinado ajuste como convênio depende de haver transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos orçamentos fiscal e da seguridade social da União.
- 28 Considere que João, agente público empossado, recuse-se a prestar declaração de bens dentro do prazo estabelecido pela administração. Nessa situação hipotética, João deverá ser punido com a pena de demissão.
- 29 Caso servidor acusado que tenha sido devidamente intimado não compareça pessoalmente em ato do processo administrativo e não apresente justificativa para seu não comparecimento, deverão ser reconhecidos como verdadeiros os fatos a ele imputados.
- 30 Caso tome conhecimento de irregularidade praticada no curso de convênio celebrado com a União, o concedente deverá dar ciência à Advocacia-Geral da União apenas se houver firme suspeita de improbidade administrativa.

Graças à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), e ao compromisso dos Estados com seus princípios, a dignidade de milhões de pessoas tem sido protegida, sofrimento humano tem sido evitado e as bases de um mundo mais justo foram estabelecidas. Com base no disposto na DUDH e na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 31 A DUDH contém disposições expressas a respeito da possibilidade de aplicação de pena de morte para autores de crimes graves, desde que seja garantido o julgamento justo e a imparcialidade do juízo.
- 32 Os julgamentos devem ser, em regra, públicos, sendo permitida a restrição da publicidade dos atos processuais quando essa medida for necessária para preservar a intimidade do acusado, quando o interesse social assim o exigir ou quando envolver membros do Poder Judiciário.
- 33 Considere que Hans, alemão em trânsito no Brasil, tenha sido preso. Nessa situação, garantem-se a ele os seguintes direitos, entre outros: o direito de permanecer calado, o direito à assistência a sua família e, caso comprove insuficiência de recursos, o direito a um advogado.

As Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, apelidadas de “Regras de Mandela” em homenagem ao ex-presidente da África do Sul e ex-presidiário, Nelson Mandela, lembram ao mundo que prisioneiros são seres humanos, nascidos com dignidade e com direito à segurança e proteção dos seus direitos humanos. Os avanços trazidos pela edição das regras são muito importantes para garantir que os presos tenham, por exemplo, as mesmas condições de atendimento à saúde que pessoas livres. Com referência às Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, julgue os itens que se seguem.

- 34** Considere que Bianca, condenada à pena de reclusão, tenha sido selecionada para realizar, como parte do seu processo de reabilitação, atividades na oficina de corte e costura do presídio feminino onde é interna. Nessa situação hipotética, antes do início das atividades, a aptidão física e mental de Bianca para o exercício dessa atividade deverá ser determinada por médico ou outro profissional de saúde qualificado.
- 35** Considere que determinado preso ainda não julgado estivesse realizando tratamento dentário e, em razão de uma complicação em um procedimento de restauração dentária, necessitasse continuar o tratamento com seu próprio dentista. Nesse caso, o Estado deveria arcar com as despesas decorrentes desse tratamento, uma vez que o preso encontra-se sob sua custódia.
- 36** Suponha que determinado profissional de saúde, ciente dos efeitos colaterais causados pela sanção disciplinar imposta a determinado preso, tenha demorado a reportar tal fato ao diretor do presídio. Com base nessas informações, não se pode afirmar que, nessa situação, a demora da comunicação contraria as regras mínimas da ONU para o tratamento de pessoas presas, uma vez que não há prazo estabelecido para tal comunicação.
- 37** Medida adotada por alguns países de limitar a população em unidades prisionais fechadas a quinhentos detentos está alinhada ao entendimento de que essas unidades não devem ser grandes demais a ponto de impossibilitar o tratamento individualizado dos presos.

No que concerne ao disposto na Lei de Execução Penal (LEP) a respeito dos órgãos de execução penal, julgue os itens subsequentes.

- 38** Entre as atividades do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária incluem-se a inspeção e a fiscalização dos estabelecimentos penais estaduais e federais.
- 39** Cabe ao Conselho Penitenciário a emissão de parecer sobre indulto e comutação da pena, incluindo-se o realizado com base no estado de saúde do preso.
- 40** Cabe ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, entre outras incumbências, representar à autoridade competente quanto à interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Discutir atribuições privativas e competências profissionais de assistentes sociais é discutir a profissão. As atribuições privativas são aquelas exclusivas do serviço social; as competências são compartilhadas com outras profissões. Nesse sentido, são atribuições privativas do assistente social

- 41 coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social.
- 42 realizar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de serviço social.
- 43 planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de serviço social.
- 44 realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Em cada um dos itens que se seguem é apresentada uma situação hipotética acerca do trabalho do assistente social e do seu comportamento quanto ao sigilo profissional, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 45 O assistente social avaliou ser pertinente quebrar o sigilo profissional em determinado caso e, ao fazê-lo, tomou as devidas cautelas. Nessa situação, o assistente social deverá revelar todo o conteúdo abordado à equipe técnica, para demonstrar que não oculta nenhuma informação que possa ser considerada relevante.
- 46 Durante um atendimento, o assistente social tomou conhecimento de várias situações sigilosas relacionadas à vida do usuário e de sua família. Nessa situação, o profissional tem direito a manter o sigilo profissional.
- 47 Ao se deparar com uma situação envolvendo fato delituoso, cuja gravidade poderia trazer prejuízo aos interesses do usuário, o assistente social decidiu quebrar o sigilo profissional. Nessa situação, a atitude do profissional é admissível.

Especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX, no âmbito público, o assistente social passa a ocupar, além do cargo de técnico executor, cargos de chefia, isto é, de gestor das mais diversas políticas sociais. Cabe a gestores e também aos técnicos processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento, orientando a sua formatação e execução. Nesse contexto, o profissional é chamado a desenvolver planos, programas e projetos. Julgue os itens a seguir, relativos à elaboração desses documentos.

- 48 O plano é um instrumento técnico-administrativo direcionado à execução de ações/atividades específicas.
- 49 O programa é um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.
- 50 O projeto é o documento mais abrangente, que contém estudos situacionais, análises ou diagnósticos fundamentais para a identificação das intervenções a serem realizadas.

A dimensão investigativa no âmbito do serviço social

- 51 deve ser compreendida como parte constitutiva do exercício profissional.
- 52 passou a ser requisitada com maior ênfase, a partir do início dos anos 2000, como exigência para construção da prática profissional.
- 53 é exercida sempre que o assistente social realiza entrevistas.

Um dos grandes desafios hoje colocados aos assistentes sociais consiste em formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida.

Berenice Rojas Couto, 2009.

A partir do texto apresentado, julgue os itens que se seguem, quanto à formulação do projeto de intervenção.

- 54 O projeto de intervenção indica a proposta de atuação frente às demandas da população, como o profissional pretende atendê-las e como essa população pode exercer o controle do trabalho a ser executado.
- 55 Como trabalhador especializado, o assistente social deve apresentar propostas profissionais que atendam às requisições da instituição, cujas demandas são solicitadas em consonância com seu projeto ético-político.
- 56 A escolha do referencial dialético-crítico indica que o profissional está pautado por uma visão de mundo, que compreende as manifestações da questão social como consequências do capitalismo.
- 57 Os instrumentos jurídicos formais, como a lei que regulamenta a profissão e o Código de Ética, devem ser consultados em determinadas situações, mas não são elementos fundamentais na formulação de um projeto de intervenção.

Acerca de questão social e direitos de cidadania, julgue os itens a seguir.

- 58 Problema social, fato social e fenômeno social são exemplos de compreensão da questão social de forma reducionista e positivista.
- 59 A expressão questão social é estranha ao universo marxiano, no entanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista.
- 60 Compreender a questão social a partir de uma dimensão coletiva e inserida na dinâmica das desigualdades sociais estabelecidas pela sociedade de classes é atrelar-se à ótica liberal.
- 61 O assistente social é chamado a implementar e viabilizar os direitos sociais, assim como os meios de exercê-los, no contexto do neoliberalismo, o qual promove os recursos necessários para atendimento às demandas com base nos princípios de universalidade e gratuidade.
- 62 As estratégias para o enfrentamento da questão social têm sido guiadas por projetos sociais homogêneos, isto é, voltados para a estruturação e implementação de políticas sociais públicas centradas na defesa dos direitos sociais.

Com relação aos instrumentais técnico-operativos utilizados pelo assistente social, julgue os itens que se seguem.

- 63** O planejamento é uma mediação teórico-metodológica que integra a primeira etapa da realização da entrevista.
- 64** A segunda etapa da entrevista é estabelecer a finalidade, os objetivos e o instrumento da coleta de dados.
- 65** Em serviço social, o estudo social se configura como uma atribuição privativa do assistente social.
- 66** O relatório social é o mais utilizado nos mais variados espaços sócio-ocupacionais, podendo identificar tanto um informe breve quanto um laudo social.
- 67** No âmbito sociojurídico, a visita domiciliar compõe comumente o trabalho do assistente social, tornando-se um instrumento técnico-operativo de exclusividade para essa categoria.
- 68** Apresentado por assistentes sociais que atuam na Defensoria Pública, o contralaudo visa apresentar elementos que reafirmem o laudo apresentado pelo assistente social perito.

No que se refere à dimensão técnico-operativa do serviço social e às concepções e aos debates sobre instrumentos e técnicas utilizadas pelo assistente social, julgue os itens seguintes.

- 69** A instrumentalidade no exercício profissional refere-se ao conjunto de instrumentos e técnicas utilizadas pelo assistente social.
- 70** A tematização da dimensão técnico-operativa tem sido valorizada atualmente pelos acadêmicos e profissionais de serviço social, no debate da categoria.
- 71** O serviço social é uma profissão fundamentalmente operativa, possuindo um caráter instrumental, dado o tipo de resposta à sociedade, ou seja, respostas que necessariamente devem operar uma modificação na situação, nos aspectos objetivos e(ou) subjetivos.
- 72** Considera-se prática irrefletida aquela que não ultrapassa o nível da imediatividade, estabelecendo uma radical distância entre a elaboração teórica e a intervenção profissional.

Acerca da atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar, julgue os itens subsequentes.

- 73** A atuação interdisciplinar está prevista no atual Código de Ética do Assistente Social, sendo inclusive recomendada. No entanto, é verdade que o diálogo entre integrantes dos diferentes campos de conhecimento frequentemente provoca desconforto, incerteza e angústia.
- 74** Na atuação do assistente social, em uma perspectiva de trabalho multiprofissional, deve-se evitar a definição de responsabilidades individuais, isto é, qual será o profissional que ficará encarregado de determinadas tarefas.

Julgue os itens a seguir, em relação a políticas e programas sociais definidos para populações específicas.

- 75** A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem reconhece os homens como sujeitos que necessitam de cuidados e a importância da facilitação do acesso aos serviços de saúde.
- 76** A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem reconhece a importância da mudança de paradigma em relação à saúde integral e objetiva priorizar a assistência hospitalar.
- 77** A Política Nacional para a População em Situação de Rua tem por objetivo garantir o acesso a essa população às políticas públicas, estando entre elas os programas de transferência de renda.
- 78** O Estatuto da Pessoa com Deficiência objetiva a inclusão socioeconômica, assim como expande o atendimento prioritário ao atendente pessoal da pessoa com deficiência em relação aos serviços de tramitação de processos judiciais e atendimentos em instituições públicas.
- 79** O Estatuto do Índio define como patrimônio da União os bens e as terras povoadas pelos índios, sendo considerado um bem alienável e portanto passível de exploração de riquezas naturais.

Mário é pessoa com deficiência, tem 14 anos de idade e mora na cidade de São Paulo com seus pais e dois irmãos, José e Antônio, de 17 e 19 anos de idade, respectivamente. A renda mensal da família provém do emprego do pai e corresponde a um salário mínimo.

Considerando a situação hipotética apresentada e que Mário tem direito ao benefício de prestação continuada (BPC), julgue os itens seguintes.

- 80** Mário tem direito a receber pelo BPC o valor mensal de um salário mínimo.
- 81** Caso seja constatado que Antônio fez utilização indevida do cartão magnético do BPC de Mário, a pena prevista para Antônio é de detenção de seis meses a dois anos, e multa.
- 82** Mário e José, por serem menores de idade, têm direito ao auxílio-inclusão, considerando-se que a renda da família é inferior a dois salários mínimos.
- 83** Caso Mário seja contratado por empresa na condição de aprendiz, haverá a suspensão do benefício, haja vista tratar-se de atividade remunerada concomitante.
- 84** Dada a situação de pandemia de covid-19, o critério para a medição da renda mensal *per capita* da família de Mário em relação ao BPC poderá ser aumentado para até meio salário mínimo.

Marina, com 70 anos de idade, e Marcos, com 81 anos de idade, são casados e residem com um de seus filhos, Luís. Marcos é servidor público federal aposentado e, Luís, após passar um período de quatro anos desempregado, foi admitido em uma empresa privada, com carteira de trabalho assinada há cinco meses.

Tendo a situação hipotética acima como referência, julgue os itens subsequentes.

- 85** No caso de a Sr.^a Marina ser vítima de violência familiar, o juiz poderá aplicar medidas protetivas à vítima e, em relação ao seu agressor, determinar o acompanhamento psicossocial e seu afastamento do domicílio.
- 86** É assegurada pelo poder público à Sr.^a Marina e ao Sr. Marcos a proteção à saúde, incluindo-se, quando necessário, medicamentos de uso continuado, assim como próteses e reabilitação.
- 87** No caso de tramitação de processos na justiça, tanto à Sr.^a Marina quanto ao Sr. Marcos será assegurada prioridade especial.
- 88** Em caso de Luís ficar incapacitado para o trabalho por sete dias, por motivo de doença, ele poderá recorrer ao auxílio-doença da previdência social, passando a receber integralmente seu salário para continuar assumindo suas despesas.

Julgue os itens que se seguem, com relação ao Plano Nacional de Educação do Brasil.

- 89** Uma das metas da educação no Brasil é a universalização do ensino fundamental, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento de formas alternativas de ensino para abranger filhos de pessoas com atividade itinerante.
- 90** Esse plano ressalta a importância de aumentar a taxa de alfabetização funcional para a faixa etária do ensino fundamental e define o ente municipal como gestor da alfabetização dos adultos.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES --

À luz do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2020-2023, julgue os itens a seguir.

- 91** Observa-se, em estados brasileiros com territórios de fronteira, uma forma peculiar de criminalidade, fortemente marcada pela ocorrência dos crimes de contrabando, descaminho e tráfico de drogas.
- 92** A diretriz geral da política criminal brasileira tem como principal foco a violência doméstica contra a mulher, o tráfico ilícito de entorpecentes e o crime organizado, além da corrupção.
- 93** O referido Plano defende a extinção do regime semiaberto como etapa do sistema progressivo de cumprimento da pena.
- 94** Considere que tramite no Congresso Nacional projeto de lei que pretenda alterar a legislação com o objetivo de tipificar com maior rigor a conduta do usuário de drogas e de efetivar a proibição de plantio e cultura de plantas das quais se possam extrair substâncias entorpecentes, ainda que para fins terapêuticos. Com base nessas informações, é correto concluir que o referido projeto de lei está de acordo com o Plano Nacional de Política Criminal 2020-2023, no que se refere à prevenção como medida anterior ao crime.

Com base no disposto na Lei de Execução Penal quanto aos estabelecimentos prisionais, julgue os itens que se seguem.

- 95** A denominada casa do albergado destina-se exclusivamente ao cumprimento de pena em regime aberto.
- 96** O hospital de custódia e tratamento psiquiátrico destina-se aos imputáveis e aos semi-imputáveis sujeitos a medida de segurança de internação.

É meta prevista na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

- 97** a garantia de licença maternidade e de remição à presa gestante que se encontrava trabalhando ao tempo da gestação.
- 98** a autorização da presença de acompanhante, devidamente cadastrado junto ao estabelecimento prisional, durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato.
- 99** a viabilização de transferência ao país de origem à presa não residente no país e que tenha filho(s), caso haja tratado ou acordo internacional, independentemente de prévia requisição da presa.

Considerando as recomendações do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) para a proteção e manutenção da saúde no contexto de encarceramento, julgue os itens subsequentes.

- 100** Independentemente da ocasião da visita íntima, em todas as unidades prisionais devem ser distribuídos *kits* de higiene com preservativos, lubrificantes à base de água e orientações acerca do uso correto desses itens, na quantidade demandada pelos presos.
- 101** É assegurado aos usuários de drogas que estejam cumprindo pena privativa de liberdade o acesso confidencial a equipamentos e insumos esterilizados, assim como informações acerca dos programas disponíveis para tratamento da dependência.
- 102** Considere que determinado agente federal de execução penal atue em um presídio federal com altos índices de doenças virais. Nessa situação, o referido agente é obrigado a submeter-se periodicamente a testes para detecção de HIV e das hepatites A e B, os quais devem ser custeados pelo poder público.

Acerca das disposições expressas na Lei de Execução Penal sobre o instituto do livramento condicional, julgue os próximos itens.

- 103** Preso beneficiado pelo livramento condicional durante o período de prova é considerado egresso.
- 104** Considere que Janete, condenada a nove anos de prisão, tenha sido beneficiada pelo livramento condicional após cumprir três anos de sua pena. Nessa situação hipotética, o período de prova deverá ser estipulado entre dois e quatro anos.
- 105** Considere que Pedro seja condenado reincidente em crime culposo e que tenha cumprido mais de um terço da pena de quatro anos referente a esse crime. Nesse caso hipotético, Pedro não faz jus ao benefício do livramento condicional, uma vez que a condenação anterior não foi suficiente para reprimir a prática de novo delito.

Espaço livre

À luz do Regulamento Penitenciário Federal, nos termos do Decreto n.º 6.049/2007, julgue os itens a seguir.

- 106** As características dos estabelecimentos penais federais incluem a existência de local para a prática esportiva individual, mas não coletiva, conforme a estrutura do estabelecimento.
- 107** A Coordenação-Geral de Informação e Inteligência Penitenciária integra a estrutura básica do estabelecimento penal federal, sendo a Divisão de Segurança e Disciplina um dos órgãos auxiliares do Sistema Penitenciário Federal.
- 108** Quando da inclusão de preso do sistema penitenciário estadual em estabelecimento penal federal, é de responsabilidade do setor de assistência social do estabelecimento prisional do estado de origem comunicar à família do preso, ou a pessoa por ele indicada, a nova localização em que ele se encontra.
- 109** Em estabelecimento penal federal, a conduta do preso é classificada como ótima, boa, regular ou má, conforme casos de cometimento de falta disciplinar, podendo ser a conduta reabilitada após o término do cumprimento da sanção disciplinar, cujo prazo é diferente nos casos de falta leve, média e grave.
- 110** Em estabelecimento penal federal, o condenado ou o preso provisório fazem jus a recompensas como elogio e regalias, cuja concessão cabe ao diretor do estabelecimento, que pode, inclusive, conceder outras regalias além das previstas no Regulamento Penitenciário Federal.

No que se refere às carreiras da área penitenciária federal e da segurança pública, nos termos das Leis n.º 10.693/2003, n.º 11.907/2009, n.º 11.473/2007 e n.º 13.327/2016, julgue os itens que se seguem.

- 111** Embora a denominação do cargo de agente penitenciário federal tenha sido alterada para agente federal de execução penal, manteve-se a previsão do exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais federais.
- 112** A gratificação de desempenho de atividade de assistência especializada do Departamento Penitenciário Nacional (GDAPEN) e a gratificação de desempenho de atividade de agente penitenciário federal (GDAPEF) são baseadas no alcance das metas de desempenho individual do servidor bem como das metas de desempenho institucional do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).
- 113** As carreiras de especialista em assistência penitenciária, de técnico de apoio à assistência penitenciária e de agente federal de execução penal possuem o mesmo quantitativo de classes e padrões.
- 114** Se um militar estadual integrar a Força Nacional de Segurança Pública em decorrência de cooperação federativa e, nessa condição de integrante, vier a responder a processo judicial por ações realizadas durante policiamento ambiental deverá ser representado judicialmente pela procuradoria do estado de origem.
- 115** Considere que Maria, servidora civil, tenha atuado em atividade de inteligência de segurança pública em uma operação conjunta com a Força Nacional de Segurança Pública em decorrência de cooperação federativa e, nessa ocasião, tenha sofrido um acidente de que tenha resultado invalidez incapacitante para o trabalho. Nessa situação hipotética, Maria faz jus à indenização especificada em lei, além de outros direitos e vantagens previstos em legislação específica, e, caso ela venha a falecer, o mesmo valor será destinado aos seus dependentes.

No que diz respeito ao Regulamento Penitenciário Nacional, nos termos da Portaria MSP n.º 199/2018, julgue os itens subsequentes.

- 116** No caso de tramitação no Congresso Nacional projeto de lei de interesse do DEPEN, é de responsabilidade da Assessoria de Informações Estratégicas (AINFE) acompanhar e assessorar o diretor-geral do DEPEN a respeito desse assunto.
- 117** O desenvolvimento e a coordenação de políticas públicas com foco na intervenção penal mínima, no desencarceramento e na restauração dos danos locais é atribuição da Diretoria de Políticas Penitenciárias do DEPEN.

Com relação ao **Manual de Assistências do Sistema Penitenciário Federal**, nos termos da Portaria DISPF/DEPEN n.º 11/2015, julgue os itens seguintes.

- 118** A internação preso fora da penitenciária federal para tratar a saúde depende de autorização do juiz competente.
- 119** Preso que é submetido a tratamento ambulatorial pode contratar médico de sua confiança se autorizado pelo diretor da penitenciária federal, o qual deve comunicar ao juiz corregedor federal competente eventual divergência entre o médico particular do preso e o médico em exercício na penitenciária federal quanto à prescrição de medicamentos, à duração e à periodicidade do tratamento ou ao controle e às visitas assistenciais.
- 120** O preso faz jus a alimentação diferenciada por questões religiosas e culturais, mas a alimentação diferenciada decorrente de restrições alimentares depende de prescrição médica.

Espaço livre

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **20,00 pontos**, dos quais até **1,00 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A revisão histórica nos revela que a assistência educacional em estabelecimentos carcerários foi novamente ressignificada pela perspectiva de educação como direito de todos, consolidada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, conforme se lê em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Alisson J. O. Duarte; Helena O. Sivieri Pereira. **Aspectos históricos da educação escolar nas instituições prisionais brasileiras do período imperial ao século XXI**. Educação Unisinos, p. 344-52, 2018 (com adaptações).

Tendo o texto precedente como motivador e considerando o *status* constitucional da educação como direito de todos os brasileiros bem como a realidade imposta pela pandemia causada pelo vírus covid-19, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

POSSIBILIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA: O ENSINO REMOTO NO ÂMBITO PRISIONAL

Ao elaborar seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra sobre a relação entre a educação e a ressocialização das pessoas encarceradas. [valor: 8,00 pontos]
- 2 Mencione os níveis de escolaridade que devem ser oferecidos pelo Estado às pessoas privadas de liberdade na esfera federal. [valor: 3,00 pontos]
- 3 Discuta como a educação a distância poderia ser usada no ambiente prisional para amenizar o impacto da pandemia, apresentando um exemplo desse recurso e uma possível dificuldade — técnica ou de outra natureza — a ser superada nesse ambiente. [valor: 8,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	